CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 89ª (OCTOGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA,

DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária, terça-feira, dia 04 de outubro, de 2017, às 15h.

Convido o Deputado Wellington Luiz para secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – O Expediente lido vai à publicação.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme o disposto no art. nº 109, Parágrafo IV, do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por 30 minutos.

(Suspensa às 15h02min, a sessão é reaberta às 15h27min.)

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todas e a todos, aos assessores e às assessoras, a todos os companheiros, ao pessoal da imprensa, ao amigo Hermeto, do PMDB. Quero aqui saudar os companheiros peritos criminais, representando o Sindicato dos Peritos; nós os delegados de polícia, representando o SINDEPO – Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal.

Eu vou trazer aqui, mais uma vez, um assunto que ontem trouxe muita repercussão para a nossa cidade. O Deputado Julio Cesar, inclusive, participou de uma reunião em que nós, mais uma vez, nos sentimos aviltados, violentados com a ação da AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal. Isso ocorreu mais precisamente com a ordem – ou a dinâmica – desse governo, que é atacar aqueles que trabalham dia a dia, aqueles que defendem a população, no caso específico de ontem, Deputado Julio Cesar, uma igreja. Aliás, mais uma igreja foi ao chão por uma ação desastrosa desse governo, o que demonstra a falta de sensibilidade e a falta de compromisso deste governo com aqueles que realmente precisam da ação do Estado – não de uma ação destruidora, mas de uma ação que realmente possa fazer valer a pena morar nesta cidade.

Este governador está conseguindo, Deputado Cláudio Abrantes, trazer a desesperança, que talvez seja o pior dos sentimentos. Trata-se daquele sentimento que vem quando você não acredita mais, o mesmo sentimento que os policiais civis, policiais militares, todos os servidores da segurança passam a ter. Hoje nós tínhamos uma reunião marcada com o Governador. Ela foi desmarcada.

Eu quero aqui pedir ao Presidente Deputado Joe Valle e ao Deputado Agaciel Maia, dois Deputados que têm sido extremamente aliados nesse processo, Deputado Cláudio Abrantes, para que mais uma vez nos ajudem, para que o Governador não engane essas categorias, para que o Governador não empurre com a barriga e que realmente seja honesto com as suas intenções. O que os policiais não querem mais é ser enganados. Isso não pode acontecer.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES –Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu quero, mais uma vez, como é de praxe, parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento, até porque agora V.Exa. falou muito bem que todo mundo quer que o Governador não engane mais essas categorias.

Agora os números estão postos. O Distrito Federal, pela primeira vez, nessa gestão Rodrigo Rollemberg, está fora do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. E ele não está fora por pouco, diga-se de passagem. O limite baixou a 44,7%.

Então, vamos dizer assim que o governo hoje tem uma margem muito boa para manobrar essa questão relacionada aos servidores. Além disso, em que pese eu,

V.Exa. e tantos outros desta Casa estarmos lutando contra o PLC nº 122 ainda – estamos agora no segundo tempo, na Justiça –, em que pese a gente estar lutando contra esse maldito PLC, na minha opinião, respeito as posições em contrário,... O governo vai receber um aporte bilionário. Então, eu creio que não se justifica não abrir as negociações, não conversar com as categorias, não cumprir a lei, visto que existem leis que asseguram a recomposição salarial dos servidores.

Essas são indagações que a gente realmente espera que sejam colocadas, até porque soou muito estranho o Governo do Distrito Federal, no seu último decreto, bloquear nomeações, congelar cargos comissionados, mas fazer duas páginas no Diário Oficial de nomeações para o IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores, porque é do Iprev que ele vai tirar esses bilhões que seriam da aposentadoria dos servidores e que agora vão compor o caixa do Distrito Federal.

Então, eu quero parabenizar V.Exa. por, mais uma vez, trazer esse discurso, esse tema à nossa tribuna, porque, com certeza, esse assunto não morreu ainda, vai continuar.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Mais uma vez V.Exa. vai ao cerne da questão, que é a má fé do governo. O que a gente espera realmente, Deputado Cláudio Abrantes, é que essa má fé não seja posta agora nessa negociação que está sendo retomada. A gente espera que essa negociação seja verdadeira por parte do governo, porque da mesma forma que o governo fez aqui com esta Casa quando escondeu os números, quando ele já tinha consciência de que o que aconteceria na semana seguinte era sairmos do limite prudencial... Por isso toda aquela pressa em votar o Iprev, em acelerar aquele processo. É porque ele sabia que hoje, se estivéssemos votando, a capacidade de avaliação dos nossos Deputados seria completamente outra. E nós esperamos, sim, que haja um outro comportamento por parte do governo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento, mas hoje, pela manhã, estiveram presentes o Secretário de Fazenda, o Dr. Wilson; o Dalmo, que é o adjunto do Secretário de Planejamento, que é um técnico altamente especializado; e o Deputado Wasny de Roure, Presidente Deputado Joe Valle, que, durante praticamente duas horas, fez o questionamento a respeito da redução do limite prudencial.

Ora, o limite prudencial é apurado em quatro meses. Então, foi maio, junho, julho e agosto. No final de agosto, houve aquela entrada de 265 milhões decorrente da decisão do Tribunal de Contas. E nós tivemos o aumento da receita corrente líquida que são as receitas mais as transferências, deduzidas as despesas de 300 milhões.

Isso foi o que permitiu ao governo – esses 265 milhões que entrou já no final de agosto – sair do limite prudencial e reduzir para 44,81%, que estava em 46,55%.

Então, Deputado Wellington Luiz, não é o simples fato de ter saído. É a mesma coisa de você sair do cheque especial. Mas, se você conseguiu sair do cheque especial você vai começar a gastar tudo para entrar novamente?

A posição do governo é exatamente esta: o governo saiu do limite prudencial em decorrência daqueles 265 milhões, tem que se esforçar para permanecer fora dele, mas o decreto que foi muito criticado de contenção das despesas é exatamente isso, é este exemplo que eu dei: não adianta você conseguir durante muitos anos sair do seu cheque especial, e pelo fato de você ter saído, no dia seguinte você começa a gastar novamente, para entrar nele novamente.

A situação foi exatamente essa. Deputado Wasny de Roure passou quase duas horas fazendo o questionamento, os secretários responderam todas as perguntas. Inclusive, o Deputado Wasny de Roure já estava cansado, não tinha tempo, e ficou de fazer algumas perguntas por escrito. Então, a posição foi essa.

No que diz respeito ao reajuste da Polícia Civil, V.Exa. sabe que eu sempre defendi que o governo mandasse a mensagem equiparando a Polícia Civil de Brasília com a Polícia Federal – nunca escondi isso de público, em lugar nenhum. Acho que é correto, é justo. A Polícia Civil de Brasília é uma das melhores polícias, não só do Brasil mas também do mundo. Nós temos vistos casos que normalmente levariam muito tempo e não seriam resolvidos, a Polícia resolve rapidamente. Então, a imagem da Polícia Civil é excelente.

Na minha visão política, eu acho que esse reajuste... A gente precisa fazer um sincronismo de uma série de fatos, porque nós sabemos que o reajuste depende do Executivo, depende do Congresso Nacional e depende do convencimento aqui da Câmara Legislativa e do Executivo daqui. Então, existe um cenário favorável à concessão desse reajuste. Eu deixei claro naquele dia, na reunião que nós tivemos com os líderes sindicais, com o Governador e com o Presidente Joe Valle.

Esse problema da transferência, o Governador teve de ir à São Paulo – transferência da reunião. Acho que não é querendo enganar, ou sobrestar, porque uma das vantagens que o Governador tem, mesmo com o desgaste político, é de sempre fazer esse enfrentamento, até mesmo com a população vaiando em alguns lugares, mas sempre enfrentando de peito aberto as questões que são colocadas.

Estive hoje conversando pela manhã, teve um grupo de Delegados aqui na audiência que discutiu o relatório quadrimestral, eu acho que o Deputado Joe Valle tem um papel importante nesse processo, que é de fazer essa junção. Eu conversei com eles alguns assuntos, acho que precisa sincronizar o Congresso Nacional, o Executivo Federal, o Executivo local e aqui a Câmara para que não fique um puxando para um lado e o outro puxando para o outro.

Acho que a partir do momento em que se encaixar essas quatro faces, que são necessárias a se realizar o reajuste da Polícia Civil, isso acontece. O cenário econômico, como V.Exa. disse, é bastante diferente, é favorável, o terreno é fértil para se fazer isso, agora a gente precisa ter inteligência para encontrar esse sincronismo, em que a gente possa tirar essa proposta, não só de promessas, não só de discursos, não só de falas, mas que os próprios Policiais Civis sintam no contracheque o aumento que eles tanto almejam.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Eu quero concordar com a maioria das palavras que foram proferidas por V.Exa., principalmente naquilo que diz respeito à forma como o Governo começa a tratar a questão dos números. Só temos que lembrar, Deputado, que neste caso temos um problema muito sério: o governo, antes de aprovar esse maldito Projeto de Lei Complementar nº 122, prometeu dar a mãe dele para todo mundo; o problema é que ele agora não quer entregar para ninguém. E isso é grave, porque, quando você promete, você tem que cumprir. Esse talvez seja o grande gargalo do governo, as promessas têm prazo de validade, as pessoas cobram. Assim está acontecendo com a Polícia Civil: foram feitas muitas promessas, foram feitas promessas durante a campanha, foram feitas promessas durante o mandato, foram feitas promessas a mim e ao Presidente quando fomos eleitos para a Mesa Diretora, que foi chamada pelo Governador. Nós não precisávamos passar por aquele constrangimento, quando fomos avalistas de uma proposta que depois ele tratou de jogar no lixo. Então, tudo isso é extremamente preocupante.

Outra coisa, Deputado, V.Exa. tem sido um importantíssimo interlocutor, talvez um dos mais importantes interlocutores. Em V.Exa. eu acredito, no Presidente Deputado Joe Valle eu acredito, mas nesse Governador eu não acredito. Nós não podemos pular etapas, não há de se falar em Congresso Nacional, Presidente, não há de se falar ainda em Casa Civil, Deputado Cláudio Abrantes, porque, desculpem a falta de modéstia, conheço esse processo como poucos. A Mensagem tem que partir do Distrito Federal porque é a vontade do GDF, a União apenas formaliza a vontade do gestor do Fundo, por intermédio da Lei nº 10.633, de cuja elaboração tive o prazer de participar.

Então, o que vai acontecer? Depois que estiver lá na Casa Civil da Presidência da República, entra a etapa da União – o Paulinho de Almeida esteve com a gente e conhece isso muito bem. Então, não existe a necessidade, Presidente, de se falar em Congresso Nacional, em sintonia, em sincronizar, Deputado Agaciel Maia, antes de a Mensagem ser encaminhada. Encaminha-se a Mensagem, manifesta-se a vontade do Distrito Federal e só depois vamos pular para uma nova etapa, que será a discussão no âmbito nacional. Nesse momento, a Casa Civil se manifesta, manda para o Congresso Nacional, seja por medida provisória ou por projeto de lei, e o Congresso Nacional apenas formaliza.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Na verdade, Deputado Wellington Luiz, mais uma vez V.Exa. está coberto de razão.

Esse governo tem se notabilizado pela estratégia de apresentar uma situação que não é verdadeira. Vamos ser claros, ele fez isso na terça-feira passada aqui nesta Casa. Ele apresentou, no final de semana, uma situação de grave crise econômica que imputaria ao GDF a necessidade de parcelar salários. Naquele mesmo dia, estávamos aqui votando e muitos Deputados defendendo essa dificuldade de o governo honrar os compromissos com salários, e o Governador estava em seu gabinete assinando o Relatório de Gestão Fiscal, no qual o GDF saía do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. É isso.

Outra coisa, nos últimos dois anos e dez meses esse governo não parcelou salários estando no limite prudencial. Olhem que incoerência: na hora que ele sai do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele quer parcelar. É aquela coisa, mostra uma situação e põe uma proposta, um discurso que não é real. No caso da Polícia Civil, V.Exa. lembrou muito bem, não foram só promessas, foram propostas. Olhem que absurdo: esse governo chegou ao Judiciário, numa negociação intermediada pelo Ministério Público – estão aqui os Presidentes dos sindicatos que comprovam isso –, e perante o Judiciário esse governo fez uma proposta, uma proposta que ele mesmo admitiu nas nossas conversas que não honraria.

Então, é esse o método, infelizmente. E vemos nobres colegas extremamente capacitados, fortes nas argumentações, tendo que se debater para justificar o injustificável, explicar o inexplicável, porque não existe coerência nisso daí. E a gente ainda se depara com a infeliz declaração do Secretário da Casa Civil de questionar que o agente de polícia ou o delegado faz uma carga horária de sete horas, e reclamar porque há faixa na porta da delegacia. Ora, eu tenho quase 22 anos de Polícia Civil; V.Exa., inclusive, já cumpriu o seu ciclo de maneira muito honrosa. Eu nunca vi a Polícia Civil ter que fechar delegacia. Nunca vi. E quem fechou delegacia não foi sindicato, não. Vamos dizer aqui, vamos botar a realidade. Quem fechou delegacia não foi sindicato. Quem fechou foi o governo, foi a própria direção da Polícia Civil, que não teve outra opção a não ser fechar delegacias.

Agora, questiona-se por causa de uma hora. O secretário – com todo respeito ao Sérgio Sampaio – acha que, por causa de uma hora – dividida em dois turnos, obviamente –, as delegacias estariam abertas, o que é outra enganação. Na verdade, as delegacias não estão abertas porque o governo não teve competência e gestão para gerir o Fundo Constitucional e para cumprir uma lei federal, editada ainda com a Presidente Dilma, que dobra o efetivo da Polícia Civil.

O Governo Rollemberg não fez uma nomeação que aumentasse o efetivo da Polícia Civil. Desafio! Desafio qualquer gestor a provar que o GDF fez alguma

nomeação que aumentasse o efetivo da Polícia Civil. Não fez uma sequer. Sempre fez nomeações em cima de vacâncias, e não na autorização legal que veio do Congresso Nacional, de uma norma editada também pela Presidência da República.

Mais uma vez só se confirma a excelência do seu discurso nesse método do Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Deputado, é isso, fica evidente a má vontade desse governo com todos os servidores públicos, em especial com os policiais civis. Não existe possibilidade de a gente acreditar nas promessas proferidas por ele ou nas propostas que foram apresentadas e posteriormente retiradas.

O que a gente precisa é de que o governo não imponha mais má-fé nas suas propostas ou nos seus compromissos. O que a gente precisa agora é de que o governo seja verdadeiro. Que não use, Presidente Joe Valle, esta Casa. Que nós não sejamos intermediários que algo que ele não quer cumprir, porque não é justo. Que ele fale a verdade para os policiais, para que nós possamos tomar as devidas providências, para que possamos fazer aquilo que está ao nosso alcance. Mas ficar empurrando com a barriga e usando nós Parlamentares, o Líder do Governo, que é uma pessoa que tem se esforçado ao máximo, e V.Exa., para encontrar uma saída, isso é inadmissível.

Tudo tem limite. Não é possível que o teto da falta de compromisso, da maldade desse governo não exista. Mais uma vez, é o que pedimos a V.Exas., àqueles que podem nos ajudar a pelo menos convencer esse governo de que toda maldade dele tem um limite. Está na hora. Está na hora! Chegou o fim. E nós esperamos que realmente isso aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha solicitação é a inclusão na pauta – sei que já houve definição pelo Colégio de Líderes – do Projeto de Lei nº 1.760, de 2017, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 24.780.250,00". É a destinação de recursos para publicidade de utilidade pública do Distrito Federal e publicidade institucional. Essa matéria foi apreciada e votada hoje pela manhã na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Portanto, eu gostaria que V.Exa. colocasse como prioridade na Ordem do Dia.

O outro também teve aprovado o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, sobre a

recondução do Dr. João Carlos Teixeira para o cargo de Diretor Ouvidor da ADASA – Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal.

Portanto, quero pedir a V.Exa., tendo em vista que a matéria já está instruída, que paute esse projeto na Ordem do Dia.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa., como o combinado no Colégio de Líderes. Peço à secretaria que o coloque na Ordem do Dia.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia, eu não havia participado do Colégio de Líderes quando foi definida essa questão da recondução do ouvidor da ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, mas quero expressar aqui a minha posição: sou favorável a votarmos no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de abordar um assunto, pois já é a segunda ou terceira sessão em que discutimos esse Projeto de Lei nº 1.760, Deputado Rafael Prudente, que foi votado hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças com a presença de V.Exa. e do Deputado Julio Cesar. Eu queria deixar claro a este Plenário e desmistificar um pouquinho esse assunto, porque quando se fala em publicidade institucional e de interesse público, normalmente as pessoas têm uma leitura distorcida. Acham que é um projeto de crédito, para que o governo faça propaganda das suas ações. Isso não é verdade. Outro enfoque distorcido, Deputado Julio Cesar, é que se passa a imagem de que esses valores são destinados aos titulares dos órgãos de comunicação, Deputado Joe Valle.

Eu tenho algumas informações aqui, para que os colegas entendam a posição. Hoje o número de empresas de comunicação no Distrito Federal favorecidas com o projeto, entre emissoras de TV e rádios, é mais de cem. Jornais impressos e *on line* são trinta. Oito revistas serão contempladas, além de *blogs* e demais meios *on line* de comunicação.

Deputada Luzia de Paula, quanto ao número de funcionários favorecidos com o projeto, só os grupos das seis principais emissoras abertas possuem cerca de 4 mil empregados, totalizando cerca de 12 mil pessoas diretamente favorecidas, considerando que cada um dos empregados tem em média três dependentes. Ainda será indiretamente favorecida uma grande quantidade de empresas, e muitas pessoas diretamente. Então, quando se estabelece um projeto de crédito para publicidade, diferentemente do que muitos pensam, está se fomentando um segmento que

promove o emprego e gera renda e desenvolvimento ao Distrito Federal. As propagandas e a publicidade são institucionais e de interesse público.

Portanto, eu queria fazer essa correção, porque há uma grande distorção em alguns pronunciamentos feitos nesta Casa de que esse dinheiro é simplesmente colocado para que o governo gaste fazendo sua autopromoção, e isso não é verdade.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, quero primeiramente parabenizar V.Exa. por realmente trazer a verdade nesta tribuna. Ontem eu fiquei um pouquinho perplexo com algumas colocações feitas aqui, como se o dinheiro que estivesse sendo colocado nos veículos de comunicação, de rádio, de televisão ou impresso, estivessem sendo retirados e colocados em um lugar em que não haveria nenhum tipo de retorno.

Eu já tive oportunidade de dirigir alguns veículos de comunicação, e todos que eu dirigi têm famílias, têm funcionários. Fiz questão de ir atrás desses números e obtive a informação de que quase 4 mil empregos são gerados pelos meios de comunicação. Então, na verdade, o governo acaba ajudando a fomentar a economia.

Eu quero parabenizar V.Exa. porque as informações trazidas no dia de ontem foram totalmente distorcidas. Realmente nós temos de parabenizar o governo que tem essa sensibilidade de investir nos meios de comunicação, até porque nós Deputados que aqui estamos, muitas vezes precisamos que sejam transmitidas notícias desta Casa, sejam elas positivas ou negativas, para poder demonstrar para a sociedade.

Eu queria dizer a V.Exa. que fiz questão de estar aqui hoje às 9h, para a gente aprovar esse crédito. Sem dúvida alguma, ele vai ajudar muito, Deputado Joe Valle, as emissoras de rádio, TV, jornais, que precisam, sim, também da ajuda do governo, e nós estamos aqui para poder ajudar. Deus abençoe.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Julio Cesar. Apenas farei a conclusão, Sr. Presidente. O instrumento mais democrático que, inclusive, permite a avaliação do desempenho dos deputados distritais, federais, senadores e governador, que permite que a população avalie o nosso trabalho – agora está começando o embrião da TV da Câmara Legislativa –, é a informação. Quem presta informação são os órgãos de comunicação, sejam *blogs*, TVs, rádios. Entre TV aberta, em Brasília, e rádios, são mais de cem. Então, não é tão simples o conceito que se generalizou de que simplesmente o governo está colocando recursos para fazer publicidade ou autopromoção.

Portanto, eram essas as informações que eu queria prestar aos nobres colegas. Exatamente isto: o que está sendo feito com esse crédito é um fomento para um segmento da sociedade que gera emprego e gera renda. Há pais e mães de família por trás de todos eles, que precisam exatamente desse recurso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale, pela Liderança do PT.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu estive visitando uma UPA — Unidade de Pronto Atendimento em Sobradinho, e na semana passada eu já tinha visitado o hospital da cidade. Eu pude constatar hoje que, infelizmente, Deputado Agaciel Maia, o governo, a Secretaria de Saúde, não consegue acertar esse planejamento, principalmente de atendimento às pessoas que chegam precisando dos serviços da Unidade Básica de Saúde. Hoje só havia um médico. Ontem, durante o dia, não tinha nenhum. Hoje o médico estava atendendo sozinho trinta pacientes que estavam internados. Ele me dizia a dificuldade.

É uma coisa desumana! É desumana a situação daquele médico na UPA de Sobradinho, tendo que atender aquela quantidade de pessoas sozinho, sem poder atender quem chega passando mal. Enfim, é preciso que a Secretaria de Saúde resolva de uma vez por todas essa situação.

As pessoas não estão conseguindo ser atendidas. Aí mandam para o hospital, mandam para os postos de saúde, elas não conseguem atendimento e voltam, e fica aquela coisa. É uma coisa triste de se ver.

Entra ano e sai ano, entra mês e sai mês, conversamos com o Secretário de Saúde, e ele fala que está arrumando, que a coisa vai ficar boa, que devemos ter paciência, mas não anda. E, o que é pior, cada vez, as coisas ficam piores. Cada vez, as pessoas têm mais dificuldade de ter acesso à saúde, ao atendimento da saúde pública.

Então, eu não poderia de vir aqui hoje e relatar o que pude constatar na UPA de Sobradinho, elogiar o empenho da equipe que estava lá, praticamente um enfermeiro e um médico para aquela multidão de pacientes. A diretora da UPA não sai do telefone tentando conseguir materiais, estrutura, pessoal, médico. É um verdadeiro estado de calamidade, Deputado Wasny de Roure, e que não tem mais condições de continuar.

Então, não dá mais tempo. Nós já estamos indo para o terceiro ano do governo. O Secretário de Saúde do Distrito Federal tem conseguido praticamente tudo o que ele quer aqui nessa Casa. Agora mesmo, recentemente, a Casa aprovou o Instituto Hospital de Base dizendo que seria a saída para esse problema, mas o que se percebe é que se precisa, urgentemente, aumentar o efetivo, contratar médicos, porque o que eu vi hoje lá em Sobradinho é de cortar o coração, não somente pela condição dos pacientes, mas dos profissionais. Um médico que está lá há dois anos, um médico novo, implorou: "Deputado, fale lá com os deputados. Olhe essa situação aqui. Eu não dou conta de cuidar de trinta pacientes sozinho aqui."

Então, fica aqui o lamento e o pedido para que o Secretário de Saúde e o Governo do Distrito Federal deem um jeito de melhorar essa situação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RICARDO VALE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Vossa Excelência tem razão. A saúde de Brasília era muito ruim, ainda é ruim e precisa ser regular, boa, ótima, excelente. Então, há muitos estágios ainda para serem superados.

Eu acho que tem algumas informações... Em outros estados, algumas coisas conseguem ser feitas. Por exemplo, houve uns contratos para a área de saúde que a Justiça derrubou. O que foi feito em São Paulo? A ortopedia está represada lá, com centenas de pessoas aguardando uma cirurgia. Então, o governo vai lá e faz um convênio com a rede privada. Há vários hospitais ortopédicos em Brasília. Nós sabemos que os hospitais particulares tiveram uma redução grande da demanda em decorrência do aumento dos planos de saúde e das dificuldades financeiras. A exemplo das escolas particulares, os planos de saúde perderam muita gente, porque o sujeito não tem capacidade de pagar. Então, criou-se um espaço onde os hospitais particulares poderiam pegar essa demanda represada, fazer um convênio com a Secretaria de Saúde e atender em todas as especialidades, seja em ortopedia, em cardiologia, em várias outras especialidades em que temos filas de pessoas, e fazer um mutirão para zerar isso.

Eu questionei o Secretário de Saúde e o governo a respeito disso: "Por que não aqui?" Eles disseram que, juridicamente, aqui eles não conseguem fazer, porque o pessoal questiona. Inclusive, alguns segmentos corporativos da própria Secretaria de Saúde questionam, e eles não conseguem fazer o que, em outros estados, é feito.

E agrava-se o fato ainda porque o piloto do Instituto Hospital de Base somente conseguirá funcionar agora no início do ano. É para flexibilizar mais a administração, no sentido de poder fazer exatamente as contratações por prazo determinado ou por demandas específicas. Se o Hospital de Base tiver condições de pegar todas as pessoas que precisam de cirurgias em várias especialidades, inclusive ortopedia, e contratar trinta ortopedistas para, em uma semana, fazer todas as cirurgias e não ficar dependendo apenas de um quadro que, como diz V.Exa., é triste, é lamentável, é revoltante ao mesmo tempo... O sujeito, quando procura um posto de saúde, uma UPA ou um hospital, já está com um estresse muito grande, porque ele está doente, está sofrido e ainda tem um atendimento que não é compatível com um estado civilizado, como é o Distrito Federal. Então, V.Exa. tem toda a razão.

Agora, o que sentimos – não sei se é uma questão de desenvoltura ou de desempenho de uma consultoria jurídica mais eficaz – é que as saídas que são exitosas no Brasil não conseguimos colocar em prática em Brasília. E ainda se somam a isso, Deputado Wasny de Roure, as peculiaridades da cidade, que tem uma demanda muito grande de pessoas. Os prefeitos de cidades pequenas do Entorno, em vez de fazerem

um posto de saúde, um hospital, compram ambulâncias para trazerem para Brasília os pacientes daquelas cidades.

Então, acho que todos teríamos que fazer um esforço. Agora estão se colocando algumas situações financeiras que não tínhamos. Mas eu acho que Brasília tem condição de melhorar muito a saúde. Como eu disse, a saúde era muito ruim, está ruim, mas ainda precisa ficar regular, boa, ótima, excelente, que é do que a Capital do País precisa.

Quero parabenizar V.Exa. V.Exa. é um Parlamentar extremamente atuante, um Parlamentar que, como outros aqui, dispõe-se a ir para a porta de hospitais, dispõe-se a conversar com o médico. Imaginem o médico ter quatro horas para atender trinta pessoas. Isso é humanamente impossível. Não há manual de medicina que permita uma agilidade dessas. Só se for para o sujeito se sentar e levantar. Então, quero parabenizar V.Exa. por trazer esse assunto. Estamos cobrando constantemente essa melhoria da saúde. Não existe educação se você estiver doente, não existe emprego se você estiver doente. Então, o primeiro botão de política pública a ser apertado é o da saúde, porque, sem saúde, ninguém faz nada. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento.

DEPUTADO RICARDO VALE – V.Exa. tem razão. Inclusive cheguei a sugerir à diretora lá da UPA que fechasse, porque, as pessoas, de uma certa forma, acabam sendo enganadas, porque chegam lá na esperança de serem atendidas, passando mal, e o médico olha e fala: "Não tem como. Eu estou com trinta pacientes internados aqui e eu não tenho como atendê-la". Aí o pessoal direciona-as para outro lugar, e, daqui a pouco, elas voltam de novo. Fiquei lá mais ou menos uma hora. A coisa é lamentável.

Então, se não tem condições de trabalhar com porteira aberta, feche, porque, assim, o paciente não perde tempo indo para lá – ele já não tem recurso, já não tem dinheiro, a maioria das pessoas são pobres – e vai direto para o hospital ou para onde puder ser atendido. Lá, do jeito que está, não tem condições. Ontem não tinha médico nenhum; hoje, só um e para dar conta de trinta pacientes, Deputado Rafael Prudente. Trinta! Ele falou: "Como é que eu saio daqui para atender a senhora que acabou de chegar ali?"

Está passando da hora de uma resposta do Estado, de uma resposta do governo, de uma resposta da Secretaria de Saúde para resolvermos essa situação. Para mim, falta gestão, está provado que falta gestão, porque médicos tem, equipe tem. Não estão conseguindo é fazer com que a coisa funcione.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Passo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Cumprimento todos os Deputados e todas as pessoas que estão neste plenário.

Sr. Presidente, antes de iniciar o meu pronunciamento, quero corroborar tudo isso que o Deputado Ricardo Vale disse. Eu já visitei quase todos os hospitais e centros de saúde desta cidade. Vemos que realmente a situação está caótica. Já passou da hora de o Governador trocar a sua equipe na área de saúde, porque não adianta querer grandes mudanças sem trocar o comando.

O motivo do meu pronunciamento aqui é que, hoje de manhã, eu estive na SEDESTMIDH – Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Deputado Joe Valle, onde fui atendido pelo Secretário Gutemberg. Eu fui fazer um apelo a ele e faço um apelo aqui ao Líder do Governo, aos representantes do Governo nesta Casa, porque temos dois instrumentos muitos importantes, Deputado Wasny de Roure. Um é o DF sem Miséria, pois temos milhares de pessoas hoje, em especial, Deputada Luzia de Paula, nas áreas mais carentes... V.Exa. conhece, por exemplo, no Sol Nascente, na QNQ, na QNR, uma série de pessoas que teve seu cartão do DF sem Miséria cancelado, bloqueado ou suspenso sem nenhum tipo de aviso. E, no momento econômico em que o nosso país vive, que a nossa cidade vive, é muito importante que esse recurso seja destinado às pessoas mais carentes. Peço, portanto, a atenção do Governo, da Secretaria, para que não deixem essas pessoas sem esse recurso. E, se resolverem fazer o recadastramento, que o façam com um pouco mais de agilidade.

Faço também aqui um apelo ao nosso Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia; à equipe do Governo, o Deputado Julio Cesar, e ao nosso amigo e secretário Zé Flávio. Eu recebi, Deputado Wasny de Roure, na data de ontem, uma pessoa responsável pelo projeto Bombeiro Mirim aqui no Distrito Federal, e tivemos a notícia, Deputada Luzia de Paula, de que existem 1.500 crianças, há mais de um ano, sendo atendidas e assistidas, mas não pelo Programa do Pão e do Leite. As crianças vão para lá, mas, muitas vezes, ficam dependendo de doações para fazerem todas as suas atividades diárias.

Nós recebemos um pedido da Secretaria para que colocássemos um crédito e que o Governo tivesse a mesma boa vontade que teve com o crédito da propaganda, da publicidade institucional, que tivesse a mesma boa vontade de encaminhar um crédito suplementar para garantir os recursos do pão e do leite, projeto que está suspenso há mais de um ano.

Fica aqui o meu pedido ao Governo do Distrito Federal, para encaminhar esse projeto tão importante e que atende a tantas famílias e a tantas crianças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Rafael Prudente.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho feito rotina neste microfone, no debate da questão do Fundo Constitucional do Distrito Federal, e quero hoje trazê-lo novamente.

Eu não posso deixar de cumprimentar aqui os dois secretários que estiveram nesta Casa, na manhã de hoje, tanto o Dalmo como o Secretário Wilson, que estiveram aqui no relatório quadrimestral. Inclusive, quero dizer aos colegas Parlamentares que foi a melhor oportunidade para fazer o debate da saída do Distrito Federal do nível prudencial. Lamento que, com exceção do Deputado Agaciel Maia, nenhum outro Deputado tenha estado presente nessa comissão que considero extremamente importante. Desculpem-me a sinceridade, porque nós aqui deliberamos e discutimos com frequência matérias de finanças e, na hora em que temos uma oportunidade de aprofundar o debate para entender exatamente quais os fatores que levarão à recuperação do Distrito Federal, exatamente no mês em que o Governo insistiu com o processo de parcelamento salarial...

Então, quero, em primeiro lugar, fazer essa observação. Nem sempre os senhores secretários podem estar aqui. Quando é atribuição deles, é um privilégio para nós participar desse debate.

Peço mil perdões à Deputada Celina Leão, que esteve presente. Eu não estive na abertura, cheguei um pouco atrasado e posso também estar cometendo alguma injustiça com algum outro Parlamentar que tenha estado lá.

Eu queria trazer aos colegas aqui uma ponderação que diz respeito aos recentes movimentos que o Governo do Distrito Federal fez com o Fundo Constitucional: uma suplementação para a Polícia Civil que, só na área de pessoal, teve um montante de 147 milhões e 700. Isso corresponde praticamente a uma folha de pagamento da Polícia Civil e demonstra também já um acentuado remanejamento das rubricas de investimento e custeio para outras finalidades, mais especificamente para as áreas da saúde e da educação, onde o governo fez um aporte de recursos na casa de 200 milhões de reais.

Agora, a retirada desse recurso vem exatamente da área da segurança pública, sobretudo do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. E, naturalmente, a indagação – isso tem ocorrido sistematicamente – é: aquilo que se retira da área da segurança, o governo tem previsão de retornar para ela? Isso é o que preocupa, porque não que a área destinada, tanto da educação quanto da saúde, não seja razoável, importante e urgente, mas ocorre que uma sistemática retirada de recursos do setor que mais faz interface ao governo federal naturalmente deixa o Distrito Federal em uma situação embaraçosa.

Mas eu queria chamar a atenção dos colegas Parlamentares exatamente para aquilo que se avizinha no encerramento deste ano. Teremos pouco mais de dois meses para fechar o ano e uma intensa movimentação vai ocorrer. Eu, naturalmente, estou indo – informo os colegas – ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, tanto ao Plenário daquela corte como ao Ministério Público de Contas, fazer uma leitura exatamente do processo operacional dos saques aos quais o fundo previdenciário será submetido nos próximos meses. Pedirei o acompanhamento do Ministério Público de Contas, como também do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que é o órgão que faz o monitoramento desses processos.

Encerro aqui as minhas palavras reportando-me a uma outra informação que tenho cobrado sistematicamente aqui nesta tribuna: o Governo anunciou que já está na agenda do Iprev, para deliberação, as avaliações e, consequentemente, Sr. Presidente, essa transferência da dominialidade dos imóveis da Terracap e do GDF para o Iprev. Considero uma informação importante porque, na realidade, foi o instrumento que resguardou os dois saques, ocorridos em 2015 e 2016, e, portanto, vem prover a conclusão desse processo de retirada desses recursos para restabelecer ou para minimizar um tanto quanto a perda e o enfraquecimento desse fundo. Até porque hoje a taxa de retorno dos imóveis talvez seja até negativa. Estamos com o mercado imobiliário bastante desestimulado, mas que, de toda maneira, é um ativo que vai suprir esse fundo, seja pelas ações do BRB, seja pelos imóveis que estão sendo entregues.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço ao Governo e aos colegas Parlamentares, especialmente ao Deputado Agaciel Maia, a oportunidade de trazer a público essas informações hoje bastante relevantes para o momento da vida da nossa cidade.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

Em seguida, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme tinha conversado com o Deputado Joe Valle, estamos com *quorum*. Depois da fala do Deputado Bispo Renato Andrade, queríamos fazer um apelo a alguns colegas para que pudessem abrir mão do pronunciamento nos Comunicados de Parlamentares para que entrássemos logo na Ordem do Dia.

Faço esse apelo - lógico que depende da boa vontade de cada um dos colegas - à Mesa e aos demais colegas, pois temos *quorum,* estamos prontos para votar os dois itens específicos da pauta, principalmente os dois que são prioridade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. No entanto, eu submeto aos Deputados, pois é poder discricionário de cada Parlamentar abrir mão ou não do pronunciamento.

Eu já vou abrir mão do meu, como exemplo. Eu acho que o Deputado Bispo Renato Andrade deveria fazer o mesmo. Se V.Exa., que é o Líder, não se impõe, tudo bem, não posso fazer nada.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só vou falar porque o Líder só fez o comunicado depois de eu ter sido chamado. Seria uma descortesia a V.Exa. se eu não viesse a esta tribuna.

Sr. Presidente, amigos, na realidade eu quero enaltecer, Chico, uma reportagem da revista *Veja*, que diz assim: "Essa gente incomoda". E com a permissão dos colegas, eu gostaria de ler um pedaço.

"A fé evangélica, em grande parte, é composta do 'tipo moreno' ou 'brasileiro', que vem sido visto como crescente horror pela gente de bem do Brasil.

Quem é contra a liberdade de religião no Brasil? Mais gente do que você pensa, com toda a certeza, embora quase ninguém vai dizer isso em público, é claro – provavelmente não dirá nem mesmo no anonimato de uma pesquisa de opinião.

Mas é preciso realmente ser muito bobo, ou muito hipócrita, para achar que está tudo em ordem com a liberdade religiosa no Brasil quando as nossas classes mais altas, que também se consideram as mais civilizadas, sentem tanto desprezo, irritação e antipatia pela religião que mais cresce no País. Trata-se da 'fé evangélica', como se chama, para simplificar, a vasta constelação de igrejas, seitas e cultos de origem protestante que nas estatísticas já reúnem um terço da população brasileira – e na vida real, pode estar além disso.

Esse povo, em grande parte do 'tipo moreno', ou 'brasileiro', vem sendo visto com horror crescente pela gente bem do Brasil. Sabe quem são: os mais ricos, mais instruídos, mais viajados, mais capacitados a discutir política, cultura e demais temas nacionais. São geralmente descritos como esclarecidos, liberais, intelectuais, modernos, politizados, sofisticados e portadores de diversas outras virtudes. Toda a esquerda nacional, por definição, está aí dentro. Também estão todos que são de direita ou de centro – desde que não se misturem com o povo brasileiro.

Nada é tão fácil de perceber quanto um preconceito que se pretende bem disfarçado. Os meios de comunicação, por exemplo, raramente conseguem escrever ou dizer a palavra 'evangélico' sem colocar por perto alguma coisa que signifique 'ameaça', 'medo' ou 'perigo'. Fala-se de maneira quase sempre alarmante da 'bancada evangélica' na Câmara dos Deputados – como se os Parlamentares ligados às igrejas formassem um corpo estranho, infiltrados ali por alguma conspiração não explicada.

São tratados como uma coisa só – e ruim. Fala-se do 'risco' de aumento da bancada evangélica nas próximas eleições.

Há um escândalo permanente no Brasil de Primeiro Mundo, diante das suas posições em matéria de família, sexo, crime, polícia, drogas, educação, moral, propriedade privada, e mais umas trezentas outras coisas. Os evangélicos são vistos ali como retrógrados, reacionários, repressores, fascistas e inimigos da democracia. Já foram condenados como machistas, homofóbicos e fanáticos. Defendem a 'cura gay'. São a 'extrema direita'. Estão definitivamente fora do 'campo progressista'. Naturalmente, argumenta-se que essa condenação universal não tem nada a ver com religião; se os evangélicos pensassem o contrário do que pensam em cada uma das questões aqui citadas, por exemplo, não haveria nenhuma objeção, e a população estaria liberada pelas classes intelectuais para rezar nas Assembleias de Deus, na Catedral da Benção ou nas igrejas do Evangelho Quadrangular. Ou seja, o problema dos evangélicos está nas suas convicções como cidadãos.

No fundo, é a mesma história de sempre: o que atrapalha o Brasil, na visão das pessoas que se consideram capacitadas a pensar, são os próprios brasileiros. O povo brasileiro, de fato, é muitas vezes inconveniente – principalmente quando vota. Os intelectuais, preocupados, lamentam o crescimento da bancada evangélica – mas raramente ...", Deputado Chico Leite e Deputado Agaciel Maia, "se lembram de que ela só cresce, porque cresce também o número de eleitores evangélicos. Pode ser uma pena, mas toda essa massa de gente que vai ao templo é formada por brasileiros que têm o direito de votar, votam em quem quiserem, e seu voto, infelizmente para a sensibilidade da elite, vale tanto quanto o voto dos pais que colocam seus filhos..." nos melhores colégios deste País.

Eu quero, Deputado Wellington Luiz, em referência a isso, não deixar de falar do que aconteceu na Vila Planalto. Eu sou contra a grilagem de terra, as invasões das terras públicas, sou totalmente e frontalmente contra, como também sou contra a intolerância de um governo que não sabe conversar e dialogar. Não custaria em nada a própria Agefis ter notificado, até em respeito ao Sr. Manoel Ferreira, uma pessoa com 85 anos de idade, líder das Assembleias de Deus, ex-deputado federal, – aqui, há dois representantes, a sua igreja nem sabia que eles estavam aqui, Daniel de Castro e Gilvando Galdino, suplente de senador. Não seria uma desonra chamá-lo para uma conversa. Isso está errado? Eu tenho certeza de que o Pastor Manoel Ferreira não se furtaria a resolver uma situação que fosse pendente. O que não se pode crer e aceitar é que, simplesmente, derrubem templos, sejam eles de qual matizes forem: evangélicos, católicos, das religiões afrodescendentes, ou o que for. Tem de se parar com isso. O erro está, logicamente, errado, mas tão errado é passar o trator por cima daquilo que é o símbolo da fé de uma pessoa; no caso, da dos irmãos da Assembleia de Deus.

Aqui, vai, logicamente, mais uma vez: o governo erra na medida, erra na dose, na forma de tratar um assunto tão sério quanto esse. É claro, eu espero que o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Governador Rodrigo Rollemberg possa fazer com que seus auxiliares, especificamente a Agefis, possa tratar de modo mais humanizado essa situação. Eu estou falando de uma igreja, mas estou falando também da casa do pobre. O que se não pode, Deputado Agaciel Maia, é permitir que se comece a invasão, o crescimento da invasão ou da grilagem de terra pública. Se tudo está, como eles dizem, mapeado, está tudo, Deputado Wellington Luiz, sendo acompanhado diariamente. Por que quando se começa uma invasão, a Agefis não chega lá, o poder de polícia não chega lá para coibir antes que se estabeleça? Mas, depois de estabelecido, vai lá e derruba? Não posso concordar com isso em hipótese alguma.

Não importa de que forma seja, eu aqui quero deixar bem clara a minha indignação a essa tomada de decisão da equipe do Governador Rodrigo Rollemberg. Eu espero que o governador não tenha tido participação nenhuma nisso. Espero que não se possa agir porque a mídia quer que se aja, mas se aja com coerência naquilo que precisa ser feito.

Volto a repetir, Deputado Agaciel Maia, não concordo com invasão de terra pública, não concordo com grilagem e podem ter certeza absoluta de que isso sempre vai ter a minha indignação também, mas não posso concordar que simplesmente as máquinas sejam as primeiras a atropelar em vez do bom senso da conversa, do bom senso do diálogo.

Era essa a minha fala nesta tarde, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava aqui observando e tenho observado desde ontem os discursos de repúdio da bancada evangélica aqui da Câmara Legislativa referente à derrubada da igreja. Eu particularmente não concordo com esse tipo de atitude. Mas, por outro lado também, é importante que os líderes religiosos, no caso, os pastores, tenham consciência de que não se pode construir em qualquer lugar. Isso é importante para esses líderes religiosos, os pastores que estão nas igrejas. Quando se constrói uma igreja numa invasão, num local em que sequer há a certeza de que vai ser regularizado ou não, isso dá margem para esse tipo de coisa. Então, é importante que a responsabilidade também recaia sobre os pastores que constroem em lugares que não têm condições de se construir muitas vezes. É importante que a pessoa também possa se precaver, tomar esse cuidado primeiro para não causar prejuízo aos próprios fiéis que fazem doações para construção das igrejas como também para evitar esse desgaste dos próprios líderes.

A minha fala, no momento, é de que tem que haver bom senso por parte desses líderes religiosos. Estou falando aqui que não concordo, não estou de acordo em derrubar igreja nem casa de ninguém, mas é importante que haja essa consciência.

A igreja, de certa forma, é diferente de uma casa. A igreja tem por trás uma liderança, um pessoal estudado, entendido das leis. Então tem que haver essa responsabilidade. Na minha concepção, tem que haver um trabalho de conscientização em Brasília toda para que não se construa em lugares que se sabe que vão causar problemas. Essa é minha visão.

Não estou aqui dando razão à Agefis nem a ninguém. Apenas estou falando que essa responsabilidade tem que ser compartilhada também entre os líderes dessas igrejas.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente eu queria parabenizar o Deputado Bispo Renato Andrade por abordar, entre todos os temas que S.Exa. trouxe, esse tema das igrejas, principalmente da igreja Assembleia de Deus que, na semana passada, sofreu uma infelicidade do governo.

Mas também quero dizer ao Deputado Lira, com todo respeito que tenho por S.Exa., os líderes evangélicos não invadem igreja, pelo contrário, os líderes evangélicos têm as suas igrejas que ajudam o próximo. Eu posso dizer aqui que a gente conhece a índole do Bispo Manoel Ferreira. Sabemos que o local onde a igreja estava era de propriedade dela há cinquenta anos. Já havia o direito. E a forma como foi feita não poderia ter sido. Não houve um diálogo, Deputado Lira. Não só o Bispo Manoel Ferreira, mas também a Assembleia de Deus e todas as igrejas não têm o *animus* de invadir. Ninguém invade. Como também lá no Morro da Cruz. Não há a questão de invasão. Eu fico triste com um posicionamento desse porque nós conhecemos as igrejas evangélicas e o trabalho, Deputado Bispo Renato Andrade, que elas fazem em prol do próximo.

Fiz questão de ontem... Eu até comuniquei ao Pastor Daniel de Castro, ao Pastor Gilvando Galdino, que eu não tive condições de ir, pela manhã, ao ato de repúdio porque eu estava aqui votando os projetos, na CCJ, que viriam para o Plenário. No entanto, eu fiz questão de ir lá ao encontro com o governador, de me colocar à disposição e dizer que, no segmento evangélico, cada qual tem a sua doutrina, sua forma de trabalhar, mas, na hora em que se mexe com uma igreja, Deputado Bispo Renato Andrade, mexe-se com uma, mexe-se com todas. Aí, não há placa de denominação porque nós somos unidos.

Eu fiz questão de ir lá demonstrar que nós somos contra essa situação e seremos todas as vezes. Seja uma igreja pequena, seja uma igreja grande, nós não

vamos aceitar isso porque ali se ganha a vida. Aonde o Estado não chega, as igrejas evangélicas chegam para ressocializar as pessoas.

Eu quero dizer da minha indignação também. Ontem tive o privilégio de dizer isto para o governador: governador, posso ser da Base, mas, acima de tudo, tenho princípios, e o meu princípio jamais será ferido por qualquer tipo de atitude. Lá houve um acordo, houve uma proposta de que não haverá mais nenhuma demolição.

Apesar de o Deputado Wellington Luiz dizer não acreditar nisso, nós cristãos acreditamos, sim, nas palavras das pessoas. Temos que acreditar. Agora, esta Casa vai dar resposta se novamente qualquer tipo de igreja for derrubada.

Obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero saudar dois líderes que estão aqui: Pastor Galdino e o nosso querido Daniel de Castro, que é Primeiro-Suplente, inclusive, do PMDB. Então, sejam muito bem-vindos à nossa Câmara Legislativa.

Deputado Lira, V.Exa. sabe que eu tenho muito respeito por sua pessoa, mas não dá para defender o indefensável. Esta Casa não pode se calar, Deputado Lira. V.Exa. veio de uma região – e teve muitos votos nela – que é considerada pela elite burguesa uma invasão. V.Exa. representa, para essas pessoas, uma esperança, uma esperança de regularização.

Deputado Lira, eu posso lhe falar isto porque eu estava lá. Eu participei de uma reunião, de um fechamento político e político-ideológico correto. O Governador Rollemberg teria perdido para o Frejat se o segmento evangélico não o tivesse apoiado como apoiou. Diga-se de passagem, Bispo Robson, igreja Assembleia de Deus, Pastor JB Carvalho, todos os segmentos. V.Exa. sabe por quê, Deputado Lira? Porque existia um compromisso, e o compromisso não foi pessoal. O compromisso, Deputado Lira, foi de regularização dos templos do Distrito Federal.

Nós não estamos falando de um pastor grileiro, nós estamos falando de um pastor que estava numa propriedade havia 49 anos. Não é o caso especificamente do que foi citado aqui no plenário. O que me deixa muito triste é que eu fui testemunha ocular deste acordo feito com o Bispo Manoel Ferreira, no qual o então candidato a governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, pegou na mão do Bispo Manoel Ferreira e falou: eu irei regularizar os templos. E o que ele faz? Derruba uma área que estava lá havia 49 anos?! É essa a expectativa? Nós não estamos falando, Deputado Lira, de grileiros que invadem terras e que vão nessa expectativa de se apropriar da coisa pública.

Eu vou lhe falar outra coisa. Havia um governador muito querido de cujo governo eu tive oportunidade de ser secretária, o Governador Roriz. Ele falava algo

que era muito engraçado: que, em todos os lugares onde ele deu terrenos para igrejas, diminuiu a criminalidade, diminuiu a violência, porque a igreja faz um trabalho que ninguém dá conta de fazer. Só a igreja é que faz.

Eu creio que o lar, constitucionalmente, é inviolável, mas as igrejas também estão protegidas pela Constituição. As pessoas falam que o Estado é laico, mas não é ateu! Tem que se respeitar a crença de cada um. Eu sou contrária não só a derrubar os templos evangélicos, como aconteceu. Nós tivemos igrejas católicas que também foram derrubadas. Nós tivemos, neste Governo Rollemberg, um centro espírita que foi derrubado. Então, é esse tipo de questionamento que nós fazemos. É essa a política de regularização fundiária que ele prometeu e falou na campanha?

Talvez as pessoas não estejam entendendo o princípio de tudo isso. E, quando eu vim a esse plenário ontem muito indignada, é porque eu tive vergonha na cara de ter ficado naquele compromisso em que estava. Porque eu não posso ser avalista de alguma coisa que eu não dou conta de entregar. Hoje eu dou graças a Deus porque eu entreguei esse governo com seis meses. Muita gente falava para mim, Deputado Lira: "Você está sendo precipitada. Não se briga com o governador". Foi a coisa mais correta que eu fiz, porque eu posso olhar hoje na cara do meu querido amigo Pastor Daniel de Castro e não ter vergonha. Eu posso olhar na cara do Bispo Manoel Ferreira e não ter vergonha, porque eu não estou pactuada com esse governo que não respeita não só os cristãos, mas a população do Distrito Federal, porque deixa a saúde pública do jeito que está, a educação do jeito que está e mente para esse plenário votar, para pegar o dinheiro dos aposentados. Antes de a lei ser sancionada, ele pega lá e sai da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É esse o governo que estamos vivendo. Essa é minha indignação. Deputado Lira, V.Exa. sabe que eu tenho muito respeito pelo senhor, nós temos uma amizade, um carinho. O que o senhor significa para o Morro da Cruz e para as pessoas que esperam regularização lá é o que essa igreja Assembleia de Deus significa para muitos dos membros. São mais de quinhentas igrejas só no Distrito Federal, uma das maiores igrejas do mundo. E, foi na frente desse líder, que não merecia isso. O Bispo Manoel Ferreira poderia ter passado por tudo, mas ele não poderia ter a desonra de ver uma igreja dele sendo derrubada na sua frente em cima de um compromisso que o governador fez com ele na época da campanha e aqui dentro do nosso território.

Então, é só para gente colocar um pouco o que aconteceu, porque as pessoas acham assim: "Não, o pastor estava lá invadindo uma área pública na Vila Planalto." Isso não é verdadeiro. Isso não é real. Queria trazer essas informações. Muito obrigada.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu, de igual modo, quero saudar o Presidente do PHS,

o senador Gilvando Galdino. Seja bem-vindo, senador. Quero, da mesma forma, saudar meu companheiro, amigo, meu primeiro suplente, Daniel de Castro, grande companheiro Presidente do PSC, e o Alarico, companheiro que representa a *TV Record*, que aqui se encontra.

Quero dizer, Deputado, que eu tenho muito respeito por V.Exa., mas vou lhe dizer uma coisa: quem tem que ter bom senso e vergonha na cara é o Sr. Governador, porque quem tem coragem de atacar uma igreja, como ele fez, não é digno de governar uma cidade. Deputado, eu sou católico desde criança e não vou mudar minha religião, não, porque eu estou muito bem entendido na minha fé, mas nós não temos distinção religiosa quando nós assistimos a um ato violento, a um estupro como aconteceu ontem. Isso que aconteceu ontem ninguém nesta Casa tem direito de levantar a voz para defender. Envergonhou-nos enquanto cidadãos. Envergonhou-me enquanto policial, porque, se eu pudesse, metia era algema, como bem disse ontem a Deputada Celina Leão, naquele canalha. Aquilo é canalhice, Deputado. Nós não podemos admitir isso. Esta Casa não pode se calar e aceitar um ato covarde como aquele. Imagine, Deputado, a sua família chegar, e a sua casa estar no chão! Isso tem defesa, Deputado? É o que estão sentindo aqueles fiéis, neste momento, que viram a sua casa, a casa de Deus, jogada covardemente no chão.

Encontrarem respaldo nesta Casa, Deputado, nos envergonha, porque nós fomos eleitos pelo povo, para defender o povo, não para defender um governo que nomeia uma psicopata chamada Bruna para jogar casa de pobre no chão, igreja de cidadãos de bem no chão. Nós não temos direito, Deputado. V.Exa. é uma pessoa de bem. V.Exa. foi eleito, Deputado, pelas pessoas mais carentes, inclusive, com essa bandeira. Nós não podemos esquecer as nossas origens e eu espero que V.Exa. não esqueça as suas em nome de um governo que é passageiro, que já está nos minutos finais. Vem agora defendê-lo principalmente em detrimento daqueles que merecem o nosso carinho, nosso respeito e a nossa admiração, que são aqueles que defendem os que mais precisam, através da sua fé.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia também deixar falar em cima da fala do Deputado Lira, a quem eu respeito. Como disse a Deputada Celina Leão e relembrou o Deputado Wellington Luiz, V.Exa. é um homem do bem, que defende com unhas e dentes o pessoal do Morro da Cruz, as pessoas mais humildes de São Sebastião, mas eu tenho certeza, Deputado Lira, de que eles ficaram decepcionados com a fala de V.Exa., mesmo porque, como já foi repetido e vou repetir mais uma vez, estão lá há 49 anos, há um ano e meio, o templo estava construído.

Não é uma situação de anormalidade o que se quer. O que se quer todos nós queremos: que se libere rapidamente qualquer projeto na CAP – Comissão de Análise de Projetos, que se liberem alvarás de construção, as licenças de funcionamento de templos, como um todo. Isso não somos nós que devemos fazer, porque todas as leis propostas aqui, de nossa iniciativa, são consideradas inconstitucionais. É do governo, e a gente espera que isso aconteça.

Então, fico aqui. Por aquilo que V.Exa. representa para São Sebastião, para o Morro da Cruz, a sua fala foi incoerente naquilo que V.Exa. representa e representa bem. Não houve e não haverá invasão, jamais. Eu falo como presidente de uma federação nacional de igrejas, e nós – e eu falo em nome do nosso segmento evangélico e dos pastores das mais de mil Igrejas que eu represento aqui no Distrito Federal, fora as Igrejas que nós representamos fora de Brasília – não aceitamos, nós não compactuamos com invasão de terra pública em hipótese nenhuma.

Prova disso é que juntamente com a Arquidiocese de Brasília, Federação Espírita de Brasília, Paulo Maia, juntamente com as religiões Afrodescendentes, nós conseguimos com muita luta, com muito ardor, depois de mais de vinte anos, com ajuda de vários governadores – Arruda, Agnelo e, agora, com a coragem do Governador Rodrigo Rollemberg – regularizar esses templos. Então, estavam em processo de regularização, Deputado Lira, fazem parte da Lei Complementar nº 806, de 2011, são templos passíveis de regularização, e que o próprio Governo está regularizando. O que a gente quer é que se cumpra a lei. E a Lei Complementar nº 806, de 2011, diz que esses templos precisam ser regularizados.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados que me antecederam na fala, eu acredito que vocês não tenham entendido a minha fala. Houve um mal-entendido, porque em momento algum estou me colocando contra os templos – quero deixar bem claro –, contra essa, ou aquela religião. Deixei bem claro aqui que eu presto a minha solidariedade ao pastor que teve o templo derrubado – falei isso aqui. Trabalho hoje para regularizar o Morro da Cruz, Capão Cumprido, Zumbi dos Palmares, e outras áreas do Distrito Federal que hoje são passíveis de regularização. Tenho trabalhado para isso, inclusive, trabalhado também para que os templos possam ser regularizados. Tenho trabalhado nessa linha. Então, houve um mal-entendido por parte de V.Exa., Deputado Bispo Renato Andrade ou não me fiz entender da forma que vocês deveriam ter entendido.

O que eu falei aqui, um parêntese que eu abri aqui, foi não com relação à igreja que foi demolida ontem, mais em relação a que se haja um trabalho de conscientização para que pastores, em algumas regiões, que sabem que ali não é passível de regularização, vão lá e construam um templo, sem antes se precaver, apenas para tomar o cuidado para que não haja esse prejuízo, apenas nesse sentido.

Jamais estou me posicionando contra a regularização dos templos, ou até mesmo sendo a favor de derrubadas de templos. Muito pelo contrário, estou aqui para tentar somar com os senhores, como V.Exa. Inclusive, Deputado Julio Cesar, Deputado Bispo Renato Andrade, coloco-me à disposição de V.Exas. para ajudar no processo, naquilo que estiver ao meu alcance.

Estou aqui para ajudar, entendeu, Deputado Julio Cesar? Estou solidário à causa de V.Exas. Apenas pedi que também houvesse um trabalho de conscientização para que as pessoas tomassem cuidado, tivessem um pouco mais de zelo, um pouco mais de cuidado. Isso aí não é ir contra os templos, nada disso. Espero que a minha fala tenha sido mais clara nesse sentido. Estou aqui para somar, para me aliar, ao lado de quem realmente quer e precisa dessa regularização.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou tratar de outro assunto, iria fazer um pronunciamento, mas, a pedido do nosso Líder de Governo, vou abrir mão.

Antes, eu gostaria de prestar a minha solidariedade aos nobres pares que me antecederam, quando falaram das derrubadas e das ocupações irregulares – o que todo mundo expressou: ninguém aqui é favorável à ocupação irregular, mas também nós, como seres ocupantes de um mundo, não podemos permitir injustiças e desmandos.

Eu queria então registrar que hoje comemoramos uma data muito bonita nesta Terra. Em primeiro lugar, Deputado Wellington Luiz, nós os católicos comemoramos hoje o Dia de São Francisco de Assis, o dia em que se comemora o santo protetor dos animais, o santo protetor e defensor da paz, da harmonia e da natureza. Também comemoramos o Dia Mundial em Defesa dos Animais e o Dia Nacional de Adoção sem Preconceito, embora saibamos que hoje existe uma inversão de valores, muitas vezes as pessoas veem um animal em melhor condição do que um ser humano – já tive a oportunidade de dar um exemplo até muito triste. Embora seja defensora dos animais, temos visto muito essa inversão de valores, muitas vezes se dá tudo a um animal – não que eu seja contra – e se deixam milhares de crianças abandonadas, sem a atenção necessária. Duas leis de minha autoria já foram aprovadas em relação a esse assunto, tenho alguns projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica, na qual defendo o Fundo de Defesa dos Animais, porque nós sabemos que é necessário que tenhamos recursos para que não haja sensacionalismo. Muitas vezes, como o Estado não assume a sua obrigação em relação aos animais, alguns grupos fazem um certo sensacionalismo nessa defesa.

Então, Sr. Presidente, a minha fala foi muito rápida, principalmente para registrar hoje o Dia de São Francisco de Assis, o santo defensor da paz, dos animais, da natureza – um homem que viveu com muita riqueza, que teve tudo que a terra

podia lhe dar e, de repente, se despiu de todas as vaidades e se dedicou à paz, à defesa da humanidade e principalmente à natureza como um todo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Rapidamente, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa., com a anuência de todos os Líderes, a votação dos dois itens da pauta, que são o crédito e a recondução na Adasa. Conversando com alguns Deputados, muitos disseram que têm compromissos logo mais, eu particularmente tenho um compromisso em Santa Maria, terei de sair daqui às 17h15min e não conseguirei ficar. Se os Líderes permitissem, poderíamos fazer essas duas votações e depois continuar com o debate.

DEPUTADO JOE VALLE – Deputado Julio Cesar, vou consultar os Líderes.

Há acordo?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação no mesmo sentido da expressada pelo Deputado Julio Cesar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Há acordo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há acordo sim, mas, antes de V.Exa. chegar, eu estava presidindo a sessão e lembrei que cada Deputado tem o poder discricionário de abrir mão do seu pronunciamento. Então, se o senhor me permite, acho que a consulta deve ser feita aos Parlamentares que ainda não se pronunciaram, já que estamos nos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Há acordo, Sr. Presidente, com relação ao nosso bloco.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da minha parte, eu abro mão, com tranquilidade, da minha fala nos Comunicados de Parlamentares. Todavia, eu gostaria de sugerir, em sede de questão de ordem mesmo, que a gente, em vez de entrar diretamente nos projetos do governo – quais sejam, o crédito e a indicação da Adasa – votasse primeiramente projetos de Deputados, haja vista que, na minha opinião, há uma total incoerência. Quando é para votar projeto do governo, o plenário está cheio, e o governo aprova seus projetos; quando é para aprovar os nossos projetos, de Deputados, aí a gente perde até o *quorum*.

Então, eu gostaria que, nessa inversão, comecemos a votar, mas comecemos pelos projetos de Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma maneira, eu queria que, se V.Exa. for deliberar sobre a solicitação do Deputado Cláudio Abrantes, deliberasse também sobre os projetos do governo – do crédito e da Adasa –, haja vista que a gente tem outros compromissos assumidos nas cidades do Distrito Federal. É interesse de todos votar os projetos dos Parlamentares, inclusive eu tenho dois projetos a serem votados, mas peço a V.Exa. que também consulte a Base e os Líderes se poderemos votar os projetos do Executivo primeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria sugerir algo a V.Exa. Eu acho que o Deputado Cláudio Abrantes tem razão, mas a gente poderia, na próxima terça-feira, fazer uma sessão só para votar projetos de Deputados, tendo em vista que já tinha sido deferida a questão de ordem aqui, ainda com o Deputado Wellington Luiz na Mesa, de que votaríamos os dois itens da pauta em prioridade. Então, eu faço essa proposição de que na terça-feira a gente vote só projetos de Deputados.

DEPUTADO JOE VALLE – Perfeito.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Bem rapidamente, queria dizer o seguinte: acho que a gente poderia fazer na próxima terça-feira, e desde

já eu me coloco à disposição. Se tiver que ficar aqui até 2h, 3h da manhã para votar os projetos de Deputados, eu ficarei, inclusive para votar os projetos do Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas peço para colocar na pauta a apreciação daquela Moção nº 816, de 2017, que nós discutimos ontem, acerca do falecimento do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, eu acato a solicitação e peço que a secretaria faça a colocação.

Então, Deputado Cláudio Abrantes, pelos Líderes, eu vou acatar a questão de ordem do Líder do Governo para que a gente possa fazer essa votação. E peço um compromisso dos Deputados para que terça-feira que vem nós façamos uma pauta com projetos de Deputados e derrubada de vetos, como já está acordado no Colégio de Líderes.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última reunião do Colégio de Líderes, a pedido, inclusive, de V.Exa., foi discutida a questão do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira. A ideia era que ele já tivesse sido votado esta semana.

O Deputado Wasny de Roure, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, convocou uma extraordinária, que, infelizmente, não deu *quorum*. Uma nova extraordinária da CESC será convocada para terça-feira, 9h da manhã. Sendo votado lá, levarei à pauta da Comissão de Constituição e Justiça. Acho que já há acordo com o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Agaciel Maia, para que seja votado lá também.

Então, se essas três comissões superarem a votação do PDAF, seria prudente, urgente e necessário nós colocarmos na pauta da terça-feira, também. Aí peço encarecidamente ao Deputado Cláudio Abrantes que entenda que seja o primeiro item da pauta, antes dos projetos dos Parlamentares, como foi acordado aqui agora.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, discutiremos isso no Colégio de Líderes, mas já havia um pré-acordo para que a gente fizesse isso, inclusive para essa semana. Como não houve *quorum* na comissão, nós deixamos para a próxima terça-feira, como outros projetos que são importantes para esta cidade.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento causado pelos itens nºs 1 a 60, vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM | **DATA: 04/10/2017**

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1	
3	CELINA LEÃO	PPS		1
4	CHICO LEITE	REDE	1	
5	CHICO VIGILANTE	PT		1
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1	
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1	
8	DELMASSO	PODEMOS		1
9	JUAREZÃO	PSB	1	
10	JULIO CESAR	PRB	1	
11	LILIANE RORIZ	PTB	1	
12	LIRA	PHS	1	
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
14	PROF. ISRAEL	PV	1	
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1	
18	RICARDO VALE	PT	1	
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT		1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1	
24	JOE VALLE	PDT	1	
RESULTADO			17	7

QUÓRUM	
17	PRESENTES
7	AUSENTES
24	SOMATÓRIO

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estão presentes 17 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 63, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, vamos dar início ao primeiro item de pauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.760, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 24.780.250,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta mil, duzentos e cinquenta reais)".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a recondução do Sr. João Carlos Teixeira ao cargo de Diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa, com mandato de dois anos, encaminhado pela Mensagem nº 248, de 2017, Proclames nº 41, de 2017.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Secretaria Legislativa que proceda à comunicação ao Sr. Governador.

Consulto os Líderes se há acordo para votar as moções em bloco pelo processo simbólico. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Havendo acordo, faremos a leitura dos próximos itens para votação, em bloco.

Item nº 97:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 809, de 2017, de autoria do Deputado Julio César e do Deputado Delmasso, que "manifesta repúdio à produção e lançamento do desenho denominado 'BIG MOUTH', série original da Netflix, com lançamento previsto para o dia 29/09/2017, que retrata jovens personagens se envolvendo em atividades sexuais. O desenho animado expõe pornografia infantil, promove a pedofilia e a desconstrução familiar."

Item nº 98:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 810, de 2017, de autoria do Deputado Julio César e do Deputado Delmasso, que "manifesta repúdio à Netflix pela exibição do *trailer* da série original 'BIG MOUTH', bem como pelo seu lançamento em 29 de setembro de 2017."

Item nº 99:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 811, de 2017, de autoria do Deputado Julio César e do Deputado Delmasso, que "manifesta repúdio ao canal pago HBO pela exibição da animação de conteúdo adulto Festa da Salsicha."

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na sessão de ontem eu havia pedido destaque às moções constantes aos itens nºs 97, 98 e 99.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato o destaque bem como retiro de pauta as moções pela ausência dos autores. Na terça-feira, nós retomamos com a presença dos autores.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 812, de 2017, de autoria do Deputado Julio César, que "manifesta votos de louvor e homenageia Fabiana Ferreira de Souza, campeã brasileira de Taekwondo e Andreíson Siqueira Gomes, professor e técnico."

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 813, de 2017, de autoria do Deputado Julio César, que "manifesta votos de louvor e homenageia Lana Cristina Diniz Miranda, Rayana Meireles Servare, Diego Henrique Diniz Miranda e Renan Vinícius Mota Aquino, atletas de futevôlei."

Item Extrapauta:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 814, de 2017, de autoria do Deputado Julio César, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, no sentido de conceder elogios aos militares que especifica."

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 815, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e do Deputado Wellington Luiz, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os profissionais da saúde e demais pessoas que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal na temática de dislexia."

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 816, de 2017, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "hipoteca solidariedade à família do Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina Luís Carlos Cancellier de Olivo."

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 817, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e homenageia Ana Elen Ferreira Moitinho, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal."

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 818, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Ivanildo Serafim de Arruda, Presidente do COPEV — Candangolândia, pela propagação do Evangelho e pelos relevantes serviços prestados ao Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal — COPEV/DF."

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 819, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Roberto José Batista de Farias, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 820, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Edson Antônio de Aquino, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 821, de 2017, de autoria dos deputados Wellington Luiz, Raimundo Ribeiro, Luzia de Paula e Liliane Roriz, que "manifesta votos de louvor às autoridades e demais fiéis da Igreja Católica e os parabeniza pela dedicada veneração a Maria Santíssima, honrada no Brasil como Nossa

Senhora Aparecida, cujo exemplo de fé, obediência e esperança inspira e fortalece a vivência cristã voltada para a transformação da pessoa e da sociedade".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.055, de 2017, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "requer a dispensa da publicação da redação final dos projetos aprovados na sessão ordinária de hoje, dia 4 de outubro de 2017, para votação imediata da redação final".

Em discussão as moções e o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e o requerimento estão aprovados com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que seja incluído o item nº 69, Projeto de Lei nº 1.220, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, para aprovação em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 69:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.220, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "declara o Santuário São Francisco de Assis, Asa Norte, como Patrimônio Cultural do Distrito Federal".

A matéria foi aprovada em primeiro turno.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a moção das televisões pagas já foi votada?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, foi retirada de pauta.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.220, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 | 10 | 2017	15h	89ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.051, de 2017, solicito a dispensa do interstício regimental, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Farei a retificação na terça-feira. Apesar do acordo, farei na terça-feira.

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.220, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "declara o Santuário São Francisco de Assis, Asa Norte, como Patrimônio Cultural do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

De acordo com a apresentação do Requerimento nº 3.051, de 2017, convoco as Sras. e Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato, após esta sessão ordinária, para a discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 1.760, de 2017, e demais itens da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h13min.)